
ENCONTRO COMUNITÁRIO DE TROCAS: UM ATRATIVO PARA O CHAMADO TURISMO COMUNITÁRIO. UMA EXPERIÊNCIA SOLIDÁRIA NA MICRO-BACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES, PARANÁ

Carlos Alberto Cioce Sampaio¹

Flávia Keller Alves²

Talita Cristina Zechner Lenz³

¹ Pós- Doutor em Ecosocioeconomia
e Cooperativismo – UFPR-Litoral. Email: carlos.cioce@gmail.com

² Mestre em Administração - FURB. Email: flavia@furb.br

³ Mestre em Desenvolvimento Regional - FURB. Email: talita.zechner@gmail.com

Recebido em 23/03/2010

Aprovado em 07/06/2010

RESUMO

Na atualidade, comunidades vêm buscando alternativas para superar momentos de crise ou oportunizar um local onde seus membros possam compartilhar bens, serviços e/ou saberes. Neste limiar, despontam-se os Clubes de Trocas, exercendo um papel importante no desenvolvimento social da comunidade na qual estão inseridos. Na Micro-bacia do Rio Sagrado (Morretes-PR), a criação do Encontro Comunitário de Trocas vem viabilizando um espaço de intercâmbio cultural impulsionado pelas trocas. Objetivando descrever a gênese do Encontro Comunitário de Trocas no Rio Sagrado, bem como analisar os resultados dos dois primeiros encontros realizados e seu potencial de se transformar em um atrativo turístico, foi realizada esta pesquisa qualitativa. Os dados a respeito do Clube de Trocas, além do regulamento e declaração de princípios do Encontro Comunitário de Trocas Solidárias, foram obtidos através de observação participante, pesquisa documental e entrevista com o coordenador. Há um número crescente de participantes e visitantes que vêm trocando bens, serviços e saberes, criando-se um ambiente de convivência entre modos de vida diferentes, o que acabou se transformando em um potencial atrativo para o turismo comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Encontro de Trocas Solidárias; Turismo Comunitário.

ABSTRACT

Communities come searching alternative to surpass crisis periods and thus to create opportunities which is possible share good, services and/or know. In this context, emerge Clubs of Exchanges, in this case, the Micron-basin of the *Rio Sagrado* (Morretes, PR), that became a social and economical space to think the development of the community. The aim is to describe the historic of the Communitarian Meeting of Exchanges in the Rio Sagrado, as well as analyzing the results of the two first meeting and its potential to transforme into attractive tourist. The data regarding of the Club of Exchanges, besides the regulation and declaration of principles of the Communitarian Meeting of Solidary Exchanges, had been gotten through participative research, documentary research and interview with the coordinator. The number of participants and the visitors has increased, creating an environment of hospitality between different life style, what became a attractive potential for the communitarian tourism.

KEY-WORDS: Solidarity economics; Clubs of Exchanges; Communitarian Tourism.

1. INTRODUÇÃO

É difícil imaginar um mundo sem o dinheiro. A história do dinheiro é tão antiga quanto os primeiros registros escritos da humanidade. A ‘moeda’ se tornou indispensável em praticamente todas as relações comerciais, gerando o surgimento do capitalismo. Singer (2002, p.7) diria que “o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que a tendência humana é considerá-lo como ‘normal’ ou natural”.

Embora o dinheiro esteja presente em incontáveis transações entre mercadorias, entendidas como produtos, isto é, quando bens, serviços e saberes deixam de ter apenas valor de uso para obterem valor de troca, emerge a partir de um vácuo institucional uma outra economia, na qual grupos urbanos ou comunidades rurais com dificuldades de se inserirem e se estabelecerem na economia de mercado criam uma dinâmica própria. É a chamada Economia Solidária, onde se estreita a relação entre produtores e consumidores e a atividade econômica é mais cooperativa e menos competitiva. Nesta forma de economia mais solidária, acredita-se estar proporcionando às pessoas uma vida melhor, com mais igualdade e solidariedade. A solidariedade nada mais é do que isso: um sentimento no qual se desperta a interconexão entre as pessoas.

No contexto da economia solidária, surge a proposta dos Clubes de Trocas, também denominados Feira de Trocas ou Encontro de Trocas. Embora a idéia principal seja a troca de ‘algo por algo’, as trocas não se resumem a bens e serviços, mas incluem saberes, idéias, olhares, carinhos, sorrisos e aconchegos. Em geral, em algum momento da vida, todas as pessoas já realizaram trocas solidárias, mesmo sem despertarem para este conceito. Especialmente em situações de crises e/ou de dificuldades quando se vivencia a solidariedade (convivencialidade): a doação de roupas, de alimentos, troca de serviços por alimentação, troca de mercadorias entre pessoas sem dinheiro, etc.. O exercício de trocas, quando realizado constantemente, favorece o desapego de coisas materiais, bem como, de forma ou de outra, a criação de laços de afinidade e afetividade entre os atores envolvidos na troca.

Esse movimento de trocas retoma a idéia do ‘escambo’. Casali (2007) afirma que, desta forma, os bens, serviços e informações são comercializados baseados em seu valor de uso e/ou necessidade e não em seu valor monetário de troca. É neste sentido que comunidades localizadas na micro-bacia do Rio Sagrado, localidade rural do município de Morretes, Paraná, aceitou a idéia do Clube de Trocas, sugerida por um grupo de estudantes do curso de Turismo e Lazer da Universidade Regional de Blumenau (FURB), onde se deu início a organização e realização dos Encontros Comunitários de Trocas.

As comunidades Rio Sagrado Alto, Canhembora, Brejamirim e Candonga, totalizam 470 famílias, sendo 220 famílias residentes, predominantemente pequenos proprietários rurais, e 250 famílias não-residentes, ou seja, proprietários de chácaras ou de sítios onde passam os finais de semana. Estas comunidades estão organizadas através de Associações Comunitária Candonga e dos Moradores do Rio Sagrado (AMORISA). Estas associações estabeleceram parceria com a ONG Instituto LAGOE (Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento), a qual, através de estudos e pesquisas com acadêmicos de graduação e pós-graduação (Mestrado) da FURB, sugerem oficinas e práticas que visam melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Nessa relação emerge o Encontro Comunitário de Trocas no Rio Sagrado.

Esta pesquisa objetiva descrever a gênese do Encontro Comunitário de Trocas no Rio Sagrado, bem como analisar os resultados dos dois primeiros encontros realizados e seu potencial de se transformar em um atrativo turístico. Espera-se que esta experiência possa se multiplicar por outras comunidades, como vem ocorrendo ou, então, que demais pessoas possam vivenciar tal experiência.

2. METODOLOGIA

Do ponto de vista da abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois de acordo com Silveira (2004, p.108) “as pesquisas qualitativas, por meio de narrativa ou relato, elucidam as situações onde se passam os fatos”. Além disso, caracteriza-se por não requerer o uso de métodos e técnicas estatísticos. Do ponto de vista de sua natureza, classifica-se como pesquisa aplicada, pois visa gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

De acordo com Gil (1987), do ponto de vista de seus objetivos, é uma pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, e envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Ainda, os dados a respeito do Encontro Comunitário de Trocas, tais como regulamento e declaração de princípios foram obtidos através das técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento junto à membros das comunidades da Micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná, e anotações das pesquisadoras e do pesquisador, observação participante e entrevista, via e-mail, com um membro da Coordenação Geral, Sr. Carlos Lechinski.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

O dinheiro existe em todos os países e sua história é tão antiga quanto os primeiros registros escritos da humanidade. Aprende-se nas escolas que, nas relações comerciais mais primitivas, os bens eram trocados por outros, mesmo que, na opinião dos economistas ortodoxos atuais, não possuíssem o mesmo valor. Esta “troca direta, mercadoria por mercadoria”, Singer (1984, p.41) define como escambo.

Alguns bens, no caminhar da economia de mercado, passaram a ser considerados como bens de valor reconhecido, tais como ornamentos, conchas, sal, gado, cereais, tecidos e, assim, serviam como ‘moeda’ de troca. “Essa é a primeira forma histórica da moeda, chamada *moeda-mercadoria*, isto é, uma moeda que, na realidade, é uma mercadoria com funções de dinheiro, com funções de meio de troca, afirma Singer (1984, p.42).

Embora a moeda-mercadoria tenha facilitado as relações comerciais, estabeleceu-se um consenso geral ao longo da história de que se fazia necessário criar uma moeda de metal precioso, ou seja, ouro e prata. Singer (1984, p. 41) diz que “a origem da moeda em grande parte explica pela dificuldade de generalizar as trocas sem dinheiro”. Logo, as moedas transformaram-se em um meio de pagamento reconhecido e aceito por grupos ou comunidades, tal como se reconhece o dinheiro atualmente.

Aliás, é difícil imaginar um mundo sem dinheiro. “Cédulas, moedas, cartões de crédito podem ter as mais diversas formas, mas todos são considerados dinheiro, pois servem para efetuar pagamentos”, segundo Kindersley (1990, p.6). Como meio de trocas, o dinheiro permite que compradores e vendedores consigam o que respectivamente desejam. Entretanto, a moeda também passou a ser especulada e acumulada de maneira desigual: poucos com muito e muitos com pouco, isto é, a desigualdade econômica, evidenciando e distanciando *ricos e pobres*.

Neste contexto de desigualdades, Singer (2002, p. 9) sugere que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”. A cooperação emerge quando a percepção é expandida e surge a disposição de criar um resultado maior que beneficie a todos que estão na mesma situação. A solidariedade nada mais é do que isso: um sentimento no qual nos sentimos, de alguma forma, ligados as outras pessoas.

4. CLUBE DE TROCAS SOLIDÁRIAS

Dentro do contexto de economia solidária, surge a proposta dos Clubes de Trocas ou Feira de Trocas. Em geral, em algum momento da vida, todas as pessoas já realizaram trocas solidárias, mesmo sem conhecerem este conceito: doar as roupas de bebê do filho que cresceu para uma colega de trabalho que está grávida; levar um pedaço de bolo para a vizinha como agradecimento por haver emprestado um copo de açúcar; trocar uma camiseta por uma calça jeans com a irmã mais nova; etc. Este exercício realizado constantemente permite o desenvolvimento do desapego de coisas materiais e, através da solidariedade, a criação de laços de afinidade entre os atores das trocas.

Esse movimento retoma a idéia do ‘escambo’, largamente utilizado nos primórdios das relações comerciais entre grupos produtores de bens e serviços e consumidores. Casali (2007) afirma que “essa antiga forma de economia consiste em comercializar produtos, serviços e informações baseados em seu valor de uso e/ou de necessidade, independentemente de seu valor monetário”.

As Feiras de Trocas têm se tornado comum em alguns estados brasileiros. A primeira versão, de acordo com o site www.geranegocio.com.br (GERANEGÓCIO, 2007), aconteceu em São Paulo, no ano de 1991, inspirado no modelo francês, que promovem apenas as trocas de saberes, com apoio da Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação (ADI). Em setembro de 1998, surgiu o primeiro *Clube de Troca* brasileiro, no município de Santo Amaro, São Paulo, inspirado no modelo argentino, em que se troca também bens e serviços.

Além de se constituírem em simples trocas locais, estes encontros desempenham um papel importante no desenvolvimento social da comunidade na qual está sendo realizado. Castro *et al.* (2003, p. 289) diz que “o Clube de Trocas tem uma característica familiar; é formado por pessoas que se conhecem por afinidade e que procuram uma alternativa econômica para promover uma melhor qualidade de vida para todos”. Lisboa e Faustino (2006) concordam que é o local não apenas para se intercambiar mercadorias, mas para realizar a convivência e fazer amizades, trocar idéias, desfrutar de um fraterno momento de partilha solidária. O clube de trocas se transforma em um acontecimento social, aguardado por todos. Existe motivação para participar, pois normalmente os bens trocados, mesmo quando são usados ou estão em desuso, contêm significados próprios, superando a mera compra de uma mercadoria na qual consumidor e produtor estão distanciados. Assim, existe uma sensação de ganho e benefício à todos, pois, além de tudo, é possível permutar algo que não interesse mais por algo novo. Estes autores ainda descrevem itens que são possíveis serem encontrados nos encontros de trocas:

“Nestes círculos de trocas solidários são intercambiados **bens acumulados** (em bom estado de conservação e limpos) **ou produzidos**, tais como: cd’s e discos de vinil; artesanato; *bijoux*; livros; espelhos; cesta para bicicleta; roupas; cortador de grama; lençol; canga; computador; bomba para tirar água de poço; aparelho de som; taças de cristal; roupas de cama e mesa; ervas medicinais; temperos; ferramentas; compotas, doces, geléias, queijos; grãos, verduras e hortaliças orgânicas; panos decorativos; bolos e tortas, pães integrais, biscoitos; tênis; tapetes; forno para cerâmica, forno para pães e bolos; biombo, luminária. Também circulam **saberes** e **serviços**: massagens; equipe para trabalhar com arte mosaico; pessoas que escrevam projetos sociais/artísticos; aulas de violão, de percussão, de música; aulas de costura; aulas de inglês, francês, alemão, ou matemática; tarô; aula de teatro; de yoga; de dança; aula de permacultura; reflexologia; *reiki*; mutirão para bioconstrução; vivências; cursos; aula de capoeira; aulas de astrologia; dentista.” (p. 01).

Muitos outros itens podem ser trocados nestes espaços de solidariedade. Embora aconteçam inúmeras trocas diretas de bens e serviços, isso nem sempre é possível: pode ocorrer de nenhum item disponível na feira ser de interesse ou necessário naquele momento para um participante. Para resolver esta questão pode-se recorrer à triangulação onde aparecem três atores (Agentes A, B e C) envolvidos na troca: A fornece algo para B, B fornece para C que, por sua vez, fornece para A, fechando o ciclo. Caso ainda assim não houver a troca direta, utiliza-se a ‘moeda social’.

“A experiência dos clubes de trocas que empregam a sua própria moeda vem ganhando destaque nos últimos anos”, diz Búrigo (2000, p. 1). Este autor enfatiza que “nos Clubes a moeda é social porque é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos, mas não vira reserva de valor, pois não gera mais dinheiro através da aplicação de taxas de juros” (p. 16).

A moeda social é produzida, distribuída e controlada por seus usuários. De acordo com Albuquerque (2007, p. 5), deve-se entender a moeda social como “um instrumento de confiança utilizado por um grupo de pessoas, exercendo função de unidade valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade quando aceita como forma de pagamento”. Um grupo brasileiro, que vem desenvolvendo uma experiência similar aos clubes argentinos, explica sua idéia de moeda social:

(...) não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada pelos seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que vamos fazer para produzir bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho dos outros. A moeda enquanto tal não tem valor, até que comecemos a trocar trabalho com trabalho. Aí então, ela vai servir de mediadora dessas trocas. Ela é diferente também porque a ela não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa, sim trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades. Esta moeda será sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada como especulação. (Mutirão Abopuru apud Búrigo, 2000).

O site Rede Amazônia Solidária (2007) descreve a importância da moeda solidária:

A utilização da moeda social provoca o aumento no poder de compra das pessoas, estimula a produção e permite uma discussão sobre o papel da moeda. Nessa discussão, as pessoas são capazes de resgatar os papéis históricos da moeda, que contraria o atual uso especulativo nos mercados financeiros. A implementação desse processo de forma

profunda permite que a comunidade se aproprie da idéia de que a moeda pertence a ela como um instrumento de troca e não como um fim em si.

Diante do exposto, primeiramente, é preciso considerar o que argumenta Toffler (1980) sobre todas as pessoas serem “prossumidores”, ou seja, produtores e consumidores simultaneamente. De acordo com Primavera apud Castro (2003, p.291), os chamados ‘prossumidores’ são quase sempre ‘poli funcionais’ na Rede: “produzem e consomem uma grande variedade de produtos e serviços, segundo as necessidades próprias e o descobrimento de suas potencialidades, em função das necessidades de seu mercado cativo”.

Desta forma, quando membros de Clubes de Troca produzem e consomem ao mesmo tempo bens, serviços e /ou saberes é que se alcança o propósito real da criação do Clube. O desprendimento de valores materiais e a prontidão dos membros em realizar trocas, muitas vezes em benefício do grupo e não do indivíduo, é que fazem dos Clubes de Trocas uma saída à economia de mercado. A moeda social surge apenas para facilitar as transações.

Para que as trocas solidárias possam acontecer é necessário que exista comprometimento, confiança e, sobretudo comportamento ético por parte das pessoas envolvidas. Ao longo da história, a ética é mencionada como um instrumento de construção de relações harmônicas de convivência, implicando em ações solidárias em favor de um contexto comunitário de respeito e partilha (TOMELIN, 2006). A ética estabelece parâmetros aceitáveis ao grupo social regulados por preceitos morais. Entende-se que para haver bem estar da sociedade, de maneira geral, é necessário seguir tais preceitos básicos para que haja convivência entre as pessoas. “A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com os outros, relações justas, porém adeptas do conflito, da discussão permanente e crítica impessoal.” (TOMELIN, 2006, p. 33). A equidade é um aspecto fundamental da ética, pois não poderiam existir trocas solidárias caso não houvesse equidade nas trocas. Nenhum membro se sentiria motivado a participar de uma Feira de Trocas, caso se sentisse injustiçado ou tivesse a impressão que tiraram proveito de si. As trocas só existem porque há comprometimento entre as pessoas e como as permutas de dão em um espaço comum, onde todos se conhecem, é muito difícil que aconteçam trapaças, pois os membros teriam sua imagem social abalada caso não agissem coerentemente.

5. TURISMO COMUNITÁRIO

Quando se referem às comunidades, sobretudo as tradicionais (como pesqueira e rural), sabe-se que essas populações na sua grande maioria estão descaracterizadas culturalmente em diferentes graus. Entretanto, o que importa é a identidade cultural que se quer resgatar das

comunidades tradicionais ou o pouco que delas se desejam conservar. Se ainda não bastasse, turistas ao se deslocarem de centros urbanos às comunidades predominantemente tradicionais à busca de experimentações alternativas de modos de vida ao padrão urbano-consumista, ao se deslocarem às comunidades levam consigo muitas vezes, sem se dar conta, patologias deste modo de vida urbano que queriam evitar, tal como se ouve no dito: *só está faltando uma coisa para essa aldeia ser perfeita!* Como que a cultura dominante (modo de vida urbano) tivesse muito que ensinar a pobres ignorantes (GRÜNEWALD, 2003)!

Contudo, as populações autóctones não são influenciadas de maneira unilateral e passiva pelos visitantes (turistas), isto é, como que as comunidades tradicionais também não os influenciassem. Isto é, o turismo não pode ser visto como mera figura greco-romana de um gladiador que luta contra culturas autóctones, mas também como potencializador de resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente espetacularizar a autenticidade dessas culturas (PAGDIN, 1995; GRÜNEWALD, 2002; BARRETO, 2004). No entanto, há de que considerar que a autenticidade não é um conceito fechado em si mesmo, ele é negociável em seu significado, isto é, todas as culturas que se tornaram viáveis ao longo do tempo acabam se refazendo a si próprias (GREENWOOD, 1982; COHEN, 1988).

A questão que se apresenta é como equacionar o maior proveito das vantagens da atividade do turismo em uma comunidade sem deixá-la (a comunidade) com os problemas geralmente encontrados pelo turismo de massa (MERCER In: THEOBALD, 2002), entre eles se encontram: ociosidade de mão-de-obra local durante a maior parte do ano, elevação anormal de preços, especulação imobiliária, segregação entre nativos e visitantes, trânsito, violência (consumo de drogas), prostituição e vulgarização da autenticidade.

Convencionou-se a chamar ao conjunto de esforços que tenta solucionar a esses problemas de turismo comunitário. Turismo Comunitário é uma estratégia que fomenta comunidades tradicionais a protagonizarem seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida urbano consumista-materialista (SAMPAIO, 2005).

Entende-se que as comunidades tradicionais se definam por critérios geográficos - como uma ilha isolada -, culturais (compartilhando costumes, usos e tradições, feixes de hábitos) - como uma tribo indígena - ou por funções socioeconômicas - como agricultores familiares ou pescadores (BARRETO, 2004; GEERTZ, 1989).

O turismo comunitário ainda possibilita a visitantes, tais como estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes tomarem contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) quando conectados a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais). Há de destacar que o contato com estrangeiros simpatizantes acaba ainda promovendo a

boa vontade tanto na população visitada quanto nos visitantes para que os encontros interpessoais minimizem ou desfaçam preconceitos entre as partes em contato (PEARCE In: THEOBALD, 2002).

Entre as modalidades de turismo conhecidas, o turismo comunitário poderia ser confundido com três delas: turismo cultural ou etnoturismo (incluindo o turismo indígena), ecoturismo e agroturismo.

O turismo cultural se volta para a observação ou convívio de estilos de vida tradicionais (BARRETO, 2004). Mesmo podendo ser considerado como turismo cultural, o turismo indígena se restringe à observação ou convívio com povos de nações minoritárias sujeitadas às histórias coloniais, mas com direitos que preservam sua autonomia (ILO, 1991).

Embora o termo ecoturismo esteja atualmente vulgarizado, a sua principal motivação para viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa (SCHEYVENS, 1999).

O Agroturismo refere-se a um conjunto de serviços requeridos por visitantes e turistas que desejam adquirir a experiência de conhecer a vida de uma pequena propriedade rural (SCHAERER e DIRVEN, 2001; OYARZÚN e CARCAMO, 2001).

Embora o turismo comunitário tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a priori não o diferencia das três modalidades de turismo apontadas anteriormente, uma primeira característica que o diferencia é entender a atividade turística como um sub-sistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente. Ou seja, o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, o que poderia ser destacado como segunda característica, no qual promove, entre outras coisas. O que seria a terceira característica, a convivencialidade entre população originária residente (inclusive, não descartando os domiciliados não residentes, isto é, os donos de chácaras) e visitantes, incrustada em um arranjo socioproductivo de base comunitária, fomentando a relação social entre modos de vida distintos no qual congregam saberes diferentes e que na sua essência supera a mera relação de negócio (baseado na maximização do ganho individual), resgatando e reconstruindo o interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pelo autêntico, enfim, pela interconectividade entre os sistemas sociais e ecológicos (IRVING e AZEVEDO, 2002; CORIOLANO e LIMA, 2003; SAMPAIO 2004, SAMPAIO et al., 2006).

Contudo, há de se atentar quanto ao risco tanto de exotização ou espetacularização dos modos de vida tradicionais (RYAN, 2002) quanto da apropriação não sustentável da biodiversidade

entendendo-a como recurso natural, ou seja, como que fossem meras mercadorias (GARROD, FYALL, 1998).

A convivencialidade potencializa espaços produtivos não economicistas (de ganho coletivo e que podem ser chamados de ecossocioeconômicos) como, por exemplo, clubes ou feiras de trocas solidárias.

As experiências que poderiam ser considerados de turismo comunitário vêm chamando atenção, mesmo ainda não tendo está intenção, sobretudo pela capacidade potencial de municípios sul-americanos de implementarem uma atividade econômica de baixo investimento (de pequena escala), geradora de postos de trabalhos não especializados e de baixo impacto ambiental.

6. A EXPERIÊNCIA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO DE TROCAS

Na Microbacia do Rio Sagrado estão localizadas as comunidades Rio Sagrado Alto, Canhembora, Brejamirim e Candonga, localizadas na zona rural do município de Morretes, Paraná,. Pertencem à esta comunidade aproximadamente 470 famílias, sendo 220 famílias residentes, predominantemente pequenos agricultores familiares e 250 famílias não-residentes que são predominantemente proprietários de chácaras de lazer.

Estas comunidades, representadas pela Associação Comunitária Candonga e Associação dos Moradores do Rio Sagrado (AMORISA), aceitaram o desafio de se tornarem parte da Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na Microbacia do Rio Sagrado, em parceria com a ONG Instituto LAGOE (Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento), Universidade Regional de Blumenau (FURB) e outras universidades parceiras. Entre os objetivos desta parceria, podemos destacar: Fomentar a criação de um arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com); Empoderar os membros das associações envolvidas; Implantar práticas de economia solidária que potencializam o turismo comunitário e; Identificar e intensificar o uso de tecnologias apropriadas.

Neste contexto, o território passou a ser visitado por grupos de estudantes de graduação em turismo e lazer e de pós-graduação em administração, desenvolvimento regional e engenharia ambiental da Universidade Regional de Blumenau (FURB), incentivados pelo professor Carlos Alberto Cioce Sampaio, também coordenador geral do Instituto LAGOE. As visitas visam proporcionar aos acadêmicos e pesquisadores a oportunidade de visualizar e propor mecanismos de superação de crise ecossocioeconômica de maneira que proporcione a melhoria da qualidade de vida, sobretudo das famílias residentes predominantemente tradicionais, a partir dos conhecimentos e saberes concomitantemente adquiridos em sala de aula e na convivência com a comunidade. Além

das visitas, os estudantes e membros comunitários se envolvem mutuamente em oficinas de trabalho (tais como, de construção de painéis solares com material reutilizado e de elaboração de projetos), eventos (dois Encontros Caminhos para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário: Socializando Experiências Significativas e os quatro Encontros Comunitários de Troca), reuniões comunitárias e festividades (jantares promovidos pela Associação de Moradores).

Com os trabalhos de conclusão da disciplina Planejamento Ambiental de Empresas Turísticas do Curso de Graduação em Turismo e Lazer, um grupo de alunos propôs a criação de um Clube de Trocas. De acordo com Sampaio (2007, p.121), a proposta do Clube baseou-se nas edições do Brique FURB e de outros dois trabalhos acadêmicos: “o primeiro de autoria de Lisboa e Faustino (2006), no qual conceitua trocas solidárias a partir da literatura e de vivências próprias, e o segundo em Pascal *et al.* (2006), ilustrando suas experiências em São Paulo”.

Com o apoio de dois pesquisadores chilenos, estagiários do Instituto LAGOE e estudantes da *Universidad Austral de Chile* (UACH), e de um mestrando em Engenharia Ambiental da FURB, a proposta foi adaptada para a comunidade e discutidas nas reuniões das Associações. Iniciou, assim, a gênese do Encontro Comunitário de Trocas na Zona Laboratório, desta forma descrita por Sampaio (2007):

Nas reuniões sistematizadas entre os três parceiros, emergiu a idéia de colocar em prática um Clube de Trocas (com moeda solidária), agregando-o a um evento comunitário que se pensava, cuja finalidade era de disseminar os objetivos propostos da implantação da Zona Laboratório à população da Micro-bacia, independente de possuírem ou não domicílio (autóctones, migrantes e proprietários de chácaras que passam finais de semana), aos parceiros em potenciais (representantes de instituições governamentais, redes da sociedade civil, universidades, ONGs) e à visitantes.

Os primeiros passos foram na elaboração do regulamento e da declaração de princípios do Encontro Comunitário de Trocas Solidárias. Ao mesmo tempo, foram formadas comissões para organizar a realização dos mesmos: a Coordenação Geral coordena as atividades, horários e articula com das demais comissões criadas; a Comissão de Divulgação informa e divulga aos membros da comunidade e convidados quando os Encontros acontecerão; a Tesouraria emite, distribui e controla o dinheiro social; e, por fim, a Comissão de Inscrições secretaria as inscrições dos participantes.

No que diz respeito ao regulamento, determinou-se que poderiam participar do Encontro os moradores das comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejamirim, Candonga, Canavieiras (Município de Guaratuba) e demais comunidades pertencentes ao município de Morretes, e que menores de 18 anos deveriam ter autorização formal dos pais ou responsáveis para participarem (a autorização constará no verso da ficha de inscrição). Cada participante deverá efetuar inscrição antecipadamente mediante registro de informações sobre os tipos de bens e suas quantidades, serviços ou saberes/conhecimentos a ser disponibilizado para troca na data de

realização do Encontro. Os bens devem estar em bom estado de conservação.

Permitiram-se troca de bens, serviços e saberes em geral, tais como artesanato, roupas, pães, sucos, serviços de corte de grama, faxina e eletricitista. Foram vetados bens como cigarros, bebidas alcoólicas e medicamentos. Instituiu-se a moeda social “Sagrado”. Cada participante recebeu na primeira inscrição do Encontro um total de 10 (dez) Sagrados, com o objetivo ajudar a fluir as transações, bem como estimular a participação nos próximos encontros. A partir do terceiro Encontro, paralisou a entrega de Sagrados, diante da crescente circulação dos Sagrados, provavelmente provocada pela pouca quantidade de bens, serviços e saberes que vinham sendo trocados. Sugeriu-se também vender alguns bens produzidos na comunidade ou rifá-los em uma cesta de produtos por Sagrados, de maneira que pudesse sair de circulação o que se considera um excesso de moedas solidárias. Cada participante é responsável pelos seus atos, bens, serviços e saberes. As trocas ocorrem de comum acordo entre os participantes. Após o período de trocas, os participantes são convidados a participar da reunião de avaliação do evento e de um café comunitário.

Os princípios criados para o Encontro baseiam-se em premissas fundamentais para uma boa convivência comunitária. Entre eles se destacam: as trocas realizadas no Encontro deverão ocorrer baseadas na confiança de que é possível o desenvolvimento das pessoas como seres humanos por meio da ajuda mútua, do trabalho e do conhecimento, sendo as trocas de bens, serviços e saberes uma prática de convivencialidade e, sobretudo, de valorização do modo de vida comunitária, tanto de produção artesanal quanto de consumo. Ainda, solicita-se que os participantes passem a perceber os sentimentos como egoísmo, competição e apego e transforme-os em sentimentos de amizade, sinceridade e gratidão, pois assim a economia solidária permitirá acelerar o processo evolutivo de crescimento mental, emocional e material. E deixa claro que os participantes poderão oferecer, além dos bens, serviços e saberes: olhares, sorrisos, abraços, carinho, aconchego, idéias...

O I Encontro Comunitário de Trocas do Rio Sagrado aconteceu no dia 11 de Março de 2007, na sede da Associação dos Moradores do Rio Sagrado (AMORISA), às 16 horas. Antecedendo a ele um simulado, onde apenas membros da coordenação participaram para corrigir os equívocos e reforçar os acertos. Era o início de uma experiência. Havia 34 inscritos, porém mais de 70 pessoas presentes, sendo algumas delas visitantes que se interessaram de participar como observadores. Foram trocados roupas diversas, calçados, bichinhos de pelúcia, brinquedos infantis, panelas (barro, esmalte), *hortifruti* produzidos nas propriedades (pimentas, palmito, maracujá), alimentos (arroz, leite, açúcar, óleo) ração para animais; aulas (amarração de bambu), geléias e doces; livros (novos e usados), artesanatos (em pedra, em fibra de bananeira, em cipó, colares), utensílios de decoração (roda de carrinhos de mão, espada de metal, estátuas de ferro, etc.), máquina de moer carne, kit de

primeiros socorros de encanador (conexão, cola, etc.).

O II Encontro Comunitário de Troca aconteceu no dia 14 de Abril de 2007, às 16 horas, na Sede Social da Igreja São Francisco, onde se inscreveram 50 participantes, porém estavam presentes mais de 100 pessoas, inclusive visitantes que participavam de uma vivência comunitária no Projeto Montanha Beija-Flor Dourado. Desta vez, os visitantes não só participaram como observadores, mas também como *prossumidores*. Foram trocados, além dos itens já permutados no primeiro encontro, capacete, panos de prato bordados, utensílios domésticos (escorredor de arroz, embalagens plásticas, ferro de passar roupas, panela), pão e biscoitos caseiros, alimentos em conserva (palmito, pimenta), doces de frutas, xale de crochê, mudas (hortelã, menta, batata-doce, artesanatos de sementes e purungo), ferramentas (serrote, furadeira e ferramentas agrícolas), CDs, bolsas e mochila, lata de biscoitos, e serviço de *moto boy*. Como no primeiro encontro, ao final os participantes sentaram-se em círculo e expressaram sua opinião de forma voluntária sobre o mesmo. Assim, pode-se ouvir no círculo: “Estou feliz por ter participado do Encontro”; “Estivemos unidos e reunidos”; “O Encontro reascendeu o espírito de criança”; “Consegui o que eu queria”; “O Encontro é uma possibilidade de interação”; “Estou satisfeita com a troca”; “Espero que venha para ficar”; “Senti-me muito bem no Encontro”. Até mesmo os que não participaram trocando bens, serviços e/ou saberes demonstraram interesse em participar do próximo Encontro, que seria realizado em Maio.

7. CONCLUSÃO

Tendo em vista a dificuldade que inúmeras pessoas enfrentam de dispor de recursos financeiros para realizar aquisição de bens e serviços para atender suas próprias necessidades e/ou de suas famílias, é preciso questionar: onde está o problema? Como solucioná-lo? A resposta, muitas vezes, pode ser encontrada nas próprias comunidades onde pessoas vivem. A busca da solução pode ir além do empreendedorismo individualizado, isto é, pode se dar na forma de um socioempreendimento coletivo, no qual a principal estratégia de competitividade passa a ser o modo associativista, independente se este acontece apenas na concepção do socioempreendimento, no crédito, na aquisição dos insumos, na produção, na distribuição, no varejo ou no consumo. Quando se concebe um socioempreendimento (distanciado da lógica de um mero negócio onde se privatizam lucros de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e de longo prazos), suas finalidades podem transpassar os limites utilitaristas economicistas, incorporando a lógica da ecossocioeconomia ou da economia solidária, que começa a incorporar as chamadas externalidades socioambientais, geralmente esquecidas nos planos de negócios convencionais. Isto

é, as pessoas não são apenas recursos, consumidores ou turistas, mas pensá-las como cidadãos que tem os mesmos direitos do que qualquer um, como os que vemos nos encontros comunitários de trocas, nas vizinhanças e nas comunidades. Sugere-se pensar no território, onde as pessoas nascem, se criam, se conhecem, se amam, se apaixonam e morrem.

É neste contexto que se multiplica os Encontros Comunitários de Trocas ou, como são mais conhecidos, Clubes ou Feiras de Trocas. Esta idéia nasce durante um período de crise econômica de uma parte da população ou de uma pequena comunidade esquecida ou excluída pela lógica do mercado, e ganha adeptos ou, melhor, simpatizantes com modos de vida distanciados do padrão urbano-materialista-consumista. Estes eventos devem ser entendidos como uma reunião de pessoas que vivem em uma comunidade, domiciliadas residentes (moradores, entre eles, população tradicional e migrantes) e não residentes (donos de chácara), ou que passam pelas comunidades (excursionistas e turistas), cujo objetivo é realizar escambos de bens, serviços e/ou saberes, de maneira que estas relações deixem de ser meramente mercantilizadas. Assim, proporciona-se um ambiente de convivencialidade no qual novas relações sociais se constroem ou se reconstroem quando se pensa em uma economia solidária ou em uma ecossocioeconomia.

Evidentemente, estes encontros de trocas não substituem o mercado formal: pouco provável que se obtenha tudo o que se necessita para sobrevivência nestes eventos. Entretanto, eles podem eventualmente reduzir gastos na aquisição de bens domésticos, geralmente realizados em feiras e supermercados, quando trocam-se por gêneros alimentícios, como frutas, hortaliças, mudas de ervas e temperos, geléias e doces, conservas, e de serviços domésticos de elétrica, hidráulica, transporte (no caso de atividade turística, traslado ou caminhadas com guia), jardinagem, limpeza, massagem, cabeleireiro, podem ser trocados nestas Feiras.

Ainda que nem todos os Clubes ou Encontros utilizem algum tipo de ‘moeda social’, as que utilizam este recurso criam laços que vão além do espaço da Feira. Não é possível utilizar a ‘moeda social’ no mercado formal, pois seu valor está vinculado à comunidade em que está inserida. Contudo, se o dono do ‘mercadinho’ participa deste Clube, nada impede que o mesmo aceite a ‘moeda social’ como forma de pagamento pelas mercadorias adquiridas, pois poderá utilizá-las novamente em outro Encontro de Trocas. Um ponto importante é que o Encontro Comunitário de Trocas na Micro-bacia do Rio Sagrado está gerando confiança entre domiciliados residentes e não residentes e visitantes, muitas vezes se *gladiando* uns aos outros nas destinações de turismo de massa. Quando não explicitamente, o fazem tacitamente, quando se pronuncia: *só está faltando uma coisa para essa aldeia ser perfeita!*

8. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo P.. *Moeda Social II*. Disponível em <<http://www.colivre.coop.br/pub/Bansol/ClubeDeTrocas/SinteseTextoMoedaSocial01e02.doc>>. 19/04/2007. 17.15h.
- BARRETTO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.
- BURIGO, Fábio Luiz. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária*. Trabalho de Conclusão da Disciplina Análise Sócio-Política do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC. Florianópolis. 2000. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br/txt/moedasocial.doc>> Acesso em 17/04/2007, 10h.
- CASALI, Mirana. *Feira de trocas: economia alternativa no IIEEEA*. Disponível em <<http://www.repea.org.br/2encontro/2003/cj04.htm>>. Acesso em 16/04/2007. 16h.
- CASTRO, Carlos Henrique, PASCALI, Maria Julia; PRIMAVERA, Heloisa; WHITAKER, Stella;. O clube de trocas de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003. 360p. p. 289-302.
- COHEN, E.. Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 15, n.3, p. 371-386, 1988.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luiz Cruz (org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003
- ESPANICA. *El comercio justo: origen y evolución*. Disponível em <http://www.nodo50.org/espanica/cjust.html#primeras>. Acesso em 20 jun. 2005.
- GARROD, Brian; FYALL, Alan. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, v. 19, n. 3, p. 199-212, 1998.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GERANEGÓCIO. *Trocas solidárias: alguns conceitos básicos*. Disponível em <<http://www.geranegocio.com.br/html/geral/microcredito/trocaed.html>>. Acesso em 16/04/2007. 16:30h.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.
- GREENWOOD, D.. Cultural authenticity. *Cultural Survival Quarterly*, v. 6, n. 3, p. 27-28, 1982.
- GREENWOOD, D.. Cultural authenticity. *Cultural Survival Quarterly*, v. 6, n. 3, p. 27-28, 1982.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de A.. Tourism and cultural revival. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 4, p. 1004-1021, 2002.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de A.. Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 20, out., p.141-159, 2003.
- KINDERSLEU, D.. *Dinheiro*. Coleção Aventura Visual. Rio de Janeiro: Globo, 1990. 64p.
- ILO, INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Convention concerning indigenous and tribal peoples in Independent Countries*. ILO, n. 169, 72 ILO Official Bill, 59, sep. 5, article 1. Basle: ILO, 1991.
- IRVING, Marta; AZEVEDO, J.. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. SP: Futura, 2002.

MERCER, David. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2002.

LISBOA, Armando de Melo; FAUSTINO, Andrea Viana. *Trocas solidárias, moeda e espiritualidade*. Disponível em < <http://www.fbes.org.br>> . 19/09/2006.

MONTANHA BEIJA-FLOR DOURADO. Disponível em <<http://www.montanhabeiijaflordourado.com.br>>. Acesso em 17/04/2007. 11:30h.

OYARZÚN, Edgardo M.; CARCAMO, Carolina Galaz. (Org.). *Análisis de la red agroturismo Chiloé*. Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Instituto de Turismo, Universidad Austral de Chile, 2001.

PAGDIN, C. Assessing tourism impacts in the third world. *Progress in Planning*, v. 44, 1995.

PEARCE, Philip. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, William F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2002.

PLATAFORMA KOMYUNITI. *Cooperativa Comercio Justo Chile*. Disponível em http://www.tiendacomerciojusto.cl/es_que_es_comercio_justo.php. Acesso em 16 jun. 2005. 16/jun/2005.

REDE AMAZÔNIA SOLIDÁRIA. *Clube de trocas*. Disponível em <<http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo3redes/clubedetrocas.doc>>. Acesso em 16/04/2007. 13h.

RYAN, Chris. Tourism and cultural proximity: examples from New Zealand. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 4, p. 952-971, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau: EDIFURB, 2010. prelo.

SAMPAIO, Carlos A. C.. *Turismo como fenômeno humano*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2005.

SCHAERER, Jorge; DIRVEN, Martine. *El turismo rural en Chile*. CEPAL, Serie Desarrollo Productivo, n. 112, 2001.

SCHEYVENS, Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Management*, v. 20, p. 245-249, 1999.

SILVEIRA, Amélia (Org.). *Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias*. 2ed. rev., atual. e amp. Blumenau: Edifurb, 2004.

SINGER, Paul. *Aprender economia*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 183p.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

_____; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003. 360p.

TOMELIN, Nilton Bruno. A ética como valor (re) humanizador. In: SILVA, N.M.A.; ZABOLI, Fábio.(Org.). *Educação e ética: historicidade, práxis e processos formativos*. Blumenau: Edifurb, 2006.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980. 491p.